

27/11/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 112.573 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: JOSÉ RICARDO CAETANO PEREIRA
IMPTE.(S)	: ALCION ALVES CAMILO
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 225.066 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. RECURSO. TEMPESTIVIDADE. DEFESA PATROCINADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. ERRO DO ESTADO. PREJUÍZO PARA A DEFESA TÉCNICA. IMPOSSIBILIDADE. *HABEAS CORPUS* CONCEDIDO.

I - O defensor público age na qualidade de agente estatal na defesa dos interesses do assistido, nos termos da lei.

II – Em se tratando do direito de liberdade, eventual falha na defesa técnica do assistido é, em última instância, um erro do Estado que não pode repercutir em prejuízo do assistido.

III – Peculiaridades do caso concreto.

IV – Ordem concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, conceder a ordem para determinar que o recurso de apelação do paciente seja recebido e devidamente apreciado, e que o paciente possa aguardar o julgamento em liberdade, ressalvada a existência de outros motivos que justifiquem sua prisão, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 27 de novembro de 2012.

RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE E RELATOR

27/11/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 112.573 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: JOSÉ RICARDO CAETANO PEREIRA
IMPTE.(S)	: ALCION ALVES CAMILO
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 225.066 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por Alcion Alves Camilo, em favor de JOSÉ RICARDO CAETANO PEREIRA, contra decisão do Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), que negou seguimento ao HC 225.066/PE do Superior Tribunal de Justiça.

O impetrante narra, de início, que o paciente foi condenado pela Quarta Vara do Júri da Comarca de Recife à pena de doze anos de reclusão em regime inicialmente fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal (homicídio duplamente qualificado).

Irresignada, a defesa apelou. O recurso, contudo, não foi conhecido, por ser intempestivo. Desse modo, os autos retornaram à origem e o juízo processante determinou a expedição de mandado de prisão contra o paciente.

Ainda inconformada, a defesa manejou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça, mas o Ministro Relator negou seguimento ao *writ* sob o fundamento de que “a tempestividade de um recurso é matéria de ordem pública, que pode ser reconhecida pelo julgador a qualquer momento”.

HC 112.573 / PE

É contra essa decisão que se insurge o impetrante.

Sustenta que o paciente foi inicialmente assistido por defensor público estadual; logo, a responsabilidade pela perda do prazo processual deve recair sobre o Estado, e não sobre o paciente.

Diz, em seguida, que o Promotor de Justiça, ao oferecer as contrarrazões, nada consignou acerca da intempestividade do apelo e que o juízo de primeiro grau, na sequência, determinou o prosseguimento do recurso.

Assevera, desse modo, *“ser inoportuno (sic) as arguições da intempestividade, do douto procurador de justiça e da decisão que negou seguimento ao recurso de apelação”*.

Requeru, ao final, liminarmente, a concessão da ordem, *“com a determinação de conceder seguimento ao recurso de apelação”*. No mérito, pediu a confirmação da ordem de *habeas corpus* e a expedição do competente salvo conduto em benefício do paciente.

Em 8/3/2012, indeferi o pedido de medida liminar e determinei fosse ouvido o Procurador-Geral da República.

O Ministério Público, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Mário José Gisi, opinou pela denegação da ordem.

É o breve relatório.

27/11/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 112.573 PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem, examinados os autos, entendo que o caso é de concessão do *habeas corpus*, pelos motivos que passo a explicitar.

Eis o teor da decisão impugnada:

“José Ricardo Caetano Pereira foi condenado pela 4ª Vara do Tribunal do Júri de Recife/PE à pena de 12 (doze) anos de reclusão, pela prática do delito descrito no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.

A sentença condenatória foi prolatada no Plenário do Tribunal do Júri, em 7.10.10, tendo sido o paciente e seu patrono intimados, pessoalmente, na mesma data.

Sucedee, todavia, que de acordo com o Tribunal a quo, o recurso de apelação somente foi interposto um mês após o encerramento do prazo, razão pela qual foi considerado extemporâneo.

Posteriormente, com o trânsito em julgado da sentença condenatória, o Juízo de Primeiro Grau determinou a expedição de mandado de prisão contra o paciente, a fim de que a pena seja executada.

Sustenta-se, nesta impetração, que, quando da apresentação da apelação, o Juízo de Primeiro Grau não vislumbrou óbice à tempestividade do recurso, não verificada, também, pelo Ministério Público, junto àquela instância. Assim, entende, então, que na segunda instância, ‘não teria cabimento o parecer do ministério público, alegar a intempestividade em tempo inoportuno, eis que o momento de suscitar a tempestividade já teria passado a verdade (sic) e que o recurso de apelação foi admitido e aceito, estando em conformidade com todos os pressupostos processuais’ (fl. 4).

Requeru-se, daí, a concessão de medida liminar, a fim de que

HC 112.573 / PE

seja expedido salvo conduto em favor do paciente.

Aduz o impetrante, em síntese, que o Tribunal de Justiça de Pernambuco não poderia reconhecer a intempestividade da apelação, uma vez que a questão não teria sido enfrentada anteriormente. Não está em discussão a tempestividade da apelação, e, sim, o momento em que foi declarada a sua extemporaneidade.

Sucede, todavia, que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu, por diversas vezes, que a tempestividade de um recurso é matéria de ordem pública, que pode ser reconhecida pelo julgador a qualquer momento. Veja-se, por todos, o AgRg no REsp nº 218.863, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 1º.10.07.

Assim, não procede o argumento apresentado pelo impetrante de que o Tribunal de Justiça de Pernambuco não poderia declarar a intempestividade da apelação interposta.

À vista do exposto, porque manifestamente improcedente, nego seguimento ao pedido formulado no presente habeas corpus, a teor do art. 34, XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se”.

Conforme os fatos extraídos dos autos, em 7/10/2010 o paciente foi condenando à pena de 12 (doze) anos de reclusão por violar o art. 121, § 2º, II e IV do Código Penal, sendo o Defensor Público responsável pela defesa intimado pessoalmente na própria sessão de julgamento.

De acordo com as informações prestadas pelo Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital do Estado de Pernambuco, o paciente respondeu ao processo em liberdade, “sendo expedido o mandado de prisão em seu desfavor apenas após o trânsito em julgado da sentença condenatória”.

O recurso de apelação, interposto em 17/11/2010, foi considerado intempestivo pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Daí a razão desse *habeas corpus*.

HC 112.573 / PE

Consoante o relatado, a questão central deste *writ* reside em saber se o paciente, assistido, de início, por defensor público, tem o direito de ter seu recurso de apelação declarado intempestivo apreciado pelo Tribunal de origem.

Pois bem. É certo que tanto a jurisprudência quanto a doutrina são uníssonas no sentido de que a aferição da tempestividade, requisito extrínseco de admissibilidade recursal, pode se dar a qualquer momento e grau de jurisdição, uma vez que é matéria de ordem pública.

Dada a quantidade de processos que tramitam em nossos gabinetes, corriqueiramente observamos esse requisito de natureza temporal para não conhecermos de recursos que extrapolaram o prazo legal de interposição.

No caso concreto, todavia, tal máxima processual merece temperamento.

Registro, de início, que a Constituição Federal dispõe, em seu art. 134, o seguinte:

“A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”.

Por sua vez, o referido art. 5º, LXXIV, diz que:

“o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Cabe, ainda, o registro de que a Lei 1.060, de 5/2/1950 (Lei de Assistência Judiciária), e a Lei Complementar 80, de 12/1/1994, descrevem regras gerais para a organização das Defensorias Públicas dos Estados.

HC 112.573 / PE

Vê-se, portanto, que a atuação da defensoria pública, em nosso ordenamento jurídico, tem assento constitucional e, do mesmo modo, tratamento infralegal condizente com os ideais do constituinte originário de ampliar os direitos e garantias individuais do cidadão brasileiro.

Nesse contexto, o defensor público age na qualidade de representante do Estado na proteção dos interesses de seu assistido, hipossuficiente, nos termos da lei.

É por essa, entre outras razões, que, de certo modo, o defensor público possui um tratamento processual diferenciado, como por exemplo, o direito à intimação pessoal de todos os atos do processo e prazo em dobro para cumprir os respectivos atos processuais (art. 5º, § 5º, da Lei 1.060/1950).

Ademais, é necessário conjugar os diversos princípios constitucionais, a fim de assegurar o efetivo cumprimento das garantias individuais descritas na Carta Magna.

Entendo, nessa esteira, que a garantia geral de acesso à justiça (art. 5º XXXV) e a isonomia de tratamento (art. 5º, *caput*), por exemplo, estariam seriamente comprometidas caso o Judiciário sufragasse a falha estatal no cumprimento do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal.

Essas sucintas razões parecem-me bastantes para justificar um olhar diferenciado entre o acusado defendido por advogado pago e outro que recorre à advocacia pública por não ter condições financeiras para arcar com sua defesa sem o comprometimento do seu sustento e daqueles que, eventualmente, dele dependam economicamente.

Destarte, em se tratando do direito de liberdade, a falha no cumprimento do múnus público do defensor não pode repercutir em

HC 112.573 / PE

prejuízo do assistido, pois, em última instância, o erro é do próprio Estado, que não foi capaz de oferecer uma defesa técnica adequada.

Eventual falta de zelo ou problemas de qualquer natureza podem e devem ser apurados, se for o caso, em âmbito administrativo, em procedimento a ser conduzido pela própria Defensoria Pública.

Não estou aqui a dizer que houve desídia do defensor. Felizmente a experiência tem demonstrado a importância das Defensorias Públicas, que, sabidamente, representam o nobre papel de instrumento para a realização dos direitos fundamentais, sempre de forma combativa e zelosa, mesmo diante de uma estrutura não compatível com a demanda social.

Mas há outras razões a justificar o deferimento do pedido de *habeas corpus*.

Nas informações prestadas pelo Juízo *a quo* consta que à ocasião do julgamento a defesa do paciente foi patrocinada pelo Defensor Público Diogo de Oliveira Gomes (fl. 258).

Consta, mais, que os autos foram remetidos à Defensoria Pública em 5/11/2010 (sexta-feira), conforme certidão de remessa assinada pelo Chefe de Secretaria da Vara Criminal (folha sem número).

A apelação foi interposta, em 17/11/2010, pela Defensora Pública Marta Maria e Silva (fl. 261) e as respectivas razões do recurso foram assinadas pela Defensora Pública Daniella Monteiro de L. Correia (fl. 264).

É dizer, não obstante a intimação pessoal do defensor público tenha ocorrido na sessão de julgamento (7/10/2010), os autos só foram remetidos à Defensoria Pública em 5/11/2010 e as defensoras

HC 112.573 / PE

responsáveis, a partir de então, cumpriram o prazo para a prática do ato processual.

Desse modo, compreendo que o caso se reveste de peculiaridades a afastar a jurisprudência sobre o tema e a permitir a livre apreciação do recurso de apelação pelo Tribunal *a quo*.

Isso posto, concedo a ordem para determinar que o recurso de apelação do paciente seja recebido e devidamente apreciado, e que o paciente possa aguardar o julgamento em liberdade, ressalvada a existência de outros motivos que justifiquem sua prisão.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 112.573

PROCED. : PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : JOSÉ RICARDO CAETANO PEREIRA

IMPTE.(S) : ALCION ALVES CAMILO

COATOR(A/S) (ES) : RELATOR DO HC Nº 225.066 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, concedeu a ordem para determinar que o recurso de apelação do paciente seja recebido e devidamente apreciado, e que o paciente possa aguardar o julgamento em liberdade, ressalvada a existência de outros motivos que justifiquem sua prisão, nos termos do voto do Relator. **2ª Turma**, 27.11.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

p/ Fabiane Duarte
Secretária